

## Questões de soberania e o pensamento sobre o bárbaro

### Les questions de souveraineté et la réflexion sur le barbare

**Domingos Ribeiro Mendes Junior**  
**Doutorando PPGF-UFRJ**  
**Bolsista CNPQ**

**Resumo:** O problema que propomos tem como fundamento discutir a função da figura do Bárbaro como representante da exclusão política. Para Foucault o Bárbaro é a figura do inadaptável. Por sua vez Jaques Derrida nomeia outra figura que também representa a barbárie, a Besta. Ambas representam a forma pela qual a política moderna se estruturou para erguer a idéia de civilidade que em nome da seguridade tende excluir o insubordinável e o diferente.

**Palavras-chave:** Bárbaro, Besta, Civilizado, Michael Foucault, Jacques Derrida.

**Abstract :** Le problème que nous proposons est basée la discussion sur le rôle de le Barbare comme une figure représentative de l'exclusion politique. Pour Foucault le Barbare est la figure de inadaptables. Jacques Derrida nomme à son tour une autre figure représente également la barbarie, la Bête. Les deux représentent de la manière dont la politique moderne est structurée de manière à soulever l'idée de civilité dans le nom de la sécurité qui tend à exclure lo insubordinável et lo différent.

**Mots-clés:** Barbare, Bête, Civilisée, Michael Foucault, Jacques Derrida.

O problema que propomos tem como fundamento discutir a função da figura do Bárbaro e seu surgimento como representante da exclusão política. Por que para que fosse possível o discurso da Soberania foi necessária a eleição da figura do Bárbaro, que passa à borda de todo o processo de “civilidade” política? Para Michael Foucault o Bárbaro é a figura do inadaptável, do incômodo, é a figura do outro, estando sempre no limite, é aquele que deve ser combatido, a figura daquele que nunca pertencerá a nenhum “Estado de direito”, ou seja; da Soberania.

Para se opor ao discurso da Soberania, Jaques Derrida nomeia outra figura que também de certo modo representa o contrário, o não assimilável, o insubordinável, é a figura da Besta. Ao contrário do Bárbaro, a Besta aceita a troca numa posição de subordinação do Soberano, que possibilita inclusive trocar com o próprio Soberano.

Cada autor ao seu modo irá analisar como a Soberania se vale desses duplos para impor uma relação de submissão e controle social. A questão que pretendemos pensar está justamente nessas figuras incômodas e ao mesmo tempo necessárias para a Soberania. O Bárbaro e a Besta são aquilo que a Soberania tenta submeter a todo tempo, querendo impô-las uma hierarquia, mas que nem sempre é possível, seja pela insubmissão Bárbara, ou pela identidade da Besta com o próprio soberano.

Tanto na inflexão Foucaultiana, quando na Derridiana há um retorno a Hobbes, e seu Leviatã. Não só pela alusão do primeiro homem, do homem primitivo, como lobo do homem, mas para se pensar ainda uma soberania do lobo que ia se justifica num controle da animalidade da comunidade humana. O soberano é o poder que controla a bestialidade humana e nesse sentido dá certa capacidade de civilidade distanciando as sociedades da barbárie. A bestialidade ou a barbárie humana são

comuns das sociedades primitivas e apenas com a civilização é possível controlar sua animalidade.

No curso de 1976, Foucault analisa um dos três aspectos fundantes dos Estados Modernos, entre eles está o prospecto da raça. Nesse sentido foi necessário para formação dos Estados nacionais um afastamento do homem natural, o “homem” como foi pensado desde Hobbes. Era preciso definir outro modo de pensar o homem, um homem desvinculado desta série de discursos tradicionais. Surge assim, o selvagem, o selvagem teórico-jurídico, que irá contratar e fundar a sociedade. É o homem da troca. As teorias, tanto as do direito quanto às antropológicas, estabelecem esse selvagem como pensamento maior da idéia do homem que troca, troca direitos e bens, esse é o referencial para constituição do corpo social tanto quanto do corpo econômico.

Aquilo que Foucault vai chamar de selvagem, na constituição do corpo social e econômico, Derrida resgatará na discussão Hobbesiana a idéia de lobo do homem. A animalidade dos primórdios humanos só é necessário se for ligada ao poder que detêm o soberano. Nesse sentido, a besta, ou o lobo se coloca como princípio, o outro do soberano, e ao mesmo tempo, para tornar-se soberano esse deve transformar-se em besta. há assim sempre uma comunidade “rebanho” de bestas “animais” que lhe sustentam.

Rousseau se opõe a Hobbes e a Groccio com as teorias do político da fundação política do político que reduzem o cidadão à Besta e à comunidade originária vigente dos homens é uma comunidade animal. Uma comunidade animal cujo chefe seria em resúmdas contas uma espécie de lobo, como o lobo tirano, o tirano transformado em lobo da república de Platão (livro XVIII Sobre os que voltaram mais adiante, O mesmo que sobretudo, tudo que dominará a lógica da política platônica, a política como discurso sobre o lobo, lupos),

em qualquer caso, para voltar a Rousseau, o soberano que simplesmente seria mais forte e, portanto, capaz de devorar aqueles que os governam, a saber, o rebanho. (DERRIDA, 2010, pg.30)

Ao retornarmos ao Foucault, percebemos que esse primeiro homem transforma-se no homem da troca, é o homem adaptável, é o discurso sobre o homem econômico, é o homem que sai da selva, o selvagem, para contratar e para manter relações de troca, relações econômicas. É o homem normalizável e adaptável, pois é dócil, logo, é o que potencializa as forças do Estado. Espaço preenchido pelo normal é o homem adaptado para ser normal a partir de uma pré-definição de homem ideal, é o civilizável. É o homem branco euro-americano em última instância, esse que tem por função reproduzir a crença de que o selvagem tornar-se-á o homem dócil que quer a paz, e que quer em última instância pôr fim na guerra de todos contra todos.

Por sua vez a interpretação derridiana nos faz pensar que esse homem civilizável, aquele que Foucault chamou de selvagem seria a besta, o animal do homem que a civilização vai domesticar e distanciar do seu estado de natureza para que a soberania consiga se fazer valer. Mas para que o soberano possa lançar mão de um controle do animal humano é preciso que ele mesmo se mostre enquanto besta, enquanto lobo, um lobo chefe do rebanho.

Porém para Foucault, Juntamente com esse personagem do selvagem, surge outro, que é tão elementar quanto o primeiro, mas que é seu oposto. Esse é o bárbaro, é o outro da civilização, enquanto o selvagem é potencialmente selvagem, mas que no convívio social estabelece relações de troca tais que o civiliza, o bárbaro é o exterior mesmo da civilização.

O bárbaro é o que está fora e representa a barbárie, é a figura requerida do eliminável, é essa figura que está sempre pronta a entrar em guerra contra a civilização, é aquele que odeia o modo de vida civilizado e quer a guerra. Essa figura é reproduzida pelas ideologias de Estado e pelas táticas de normalização dos sujeitos, justamente para criar uma imagem de alguém contra o qual estamos sempre em alerta e uma figura contra a qual devemos sempre combater, uma vez que ele está fora, que é o exterior e que está sempre pronto para nos combater e nos destruir. Esses espaços são preenchidos pelos loucos, pelos marginais (a própria idéia de margem, limite está no bárbaro), enfim, por aqueles que nos são *indiferentes*, sempre para serem excluídos.

O bárbaro é alguém que só compreende e que só se caracteriza, que só pode ser definido em comparação a uma civilização, fora da qual ele se encontra. Não há bárbaro, se não há em algum lugar um ponto de civilização em comparação ao qual o bárbaro é exterior e contra o qual ele vem lutar. Um ponto de civilização - que o bárbaro despreza, que o bárbaro inveja - em comparação ao qual o bárbaro se encontra numa relação de hostilidade e de guerra permanente (FOUCAULT, 2002, pg. 233.)

As táticas de normalização têm a família como padrão e são tratadas, principalmente, no curso *Os anormais*. É um modo de assujeitamento a partir do qual irão se inserir os gerenciadores das vidas e que instigarão a produção de vidas voltadas para si mesmos. O procedimento normalizador é o fundador do modo de vida burguês. Nesse sentido, o bárbaro é claramente o oposto, e acaba se definindo como exterior do modo de vida civilizado. É ele que representa o lugar do indesejável, ele é o que tem sede por domínio e que pratica a rapina, ele quer dominar e destruir a civilização. Essa jamais

sede seus direitos, não faz trocas, ele conquista, não sede liberdade ele as toma.

Bem, é esta polarização nos modos de entender o homem que vai fustigar toda uma série de justificativas entre os homens civilizados, os que foram civilizados pelo modo racional de constituição do Estado, o homem requerível, o homem selvagem que se civilizou, e sua figura externa, aquele que vai contra os modos de vida civilizados, que é o bárbaro, que é o que tem que ser posto de lado, o excluível, pois é aquele que vai de encontro à civilização.

O selvagem apesar de tudo, mesmo quando se lhes reconhece algumas maldades e alguns defeitos, no pensamento jurídico-antropológico de nossos dias e até nas utopias bucólicas e americanas que encontramos agora, o selvagem, como vocês sabem, é sempre bom. E como não seria bom, já que tem precisamente como função trocar, dar – dar, é claro, da melhor maneira possível para seus interesses, mas numa forma de reciprocidade em que reconhecemos, se vocês quiserem, a forma aceitável e jurídica da bondade? O bárbaro em compensação, não pode não ser mal e maldoso, mesmo que se lhes reconheçam qualidades. Ele só pode ser cheio de arrogância e desumano, já que não é, justamente, o homem da troca e da natureza; ele é o homem da história, é o homem da pilhagem e do incêndio, é o homem da dominação (FOUCAULT.,2002, pg. 234)

O civilizado será o indivíduo que obterá os ganhos e as vantagens inerentes à sociedade civilizada, é ele, afinal de contas, que reproduz esse par bárbaro/civilizado, e é quem garante a manutenção da sociedade. Em contrapartida, o bárbaro será claramente o indesejado que existe em todas as sociedades, e que tem esse papel de equilíbrio, de grupos de

indivíduos (é ele sempre uma figura, que recai sobre grupos, como por exemplo, dos favelados, ciganos, africanos, latinos) que são excluíveis e que são sistematicamente excluídos. Eles quando representam essa figura são levados à exclusão das mais variadas formas são sempre os possíveis de se deixar morrer, são deixados pelas assistências do Estado. É esse um modo de genocídio de ação que se repete por mais de 100 anos pelo menos.

Esses problemas de estruturação dos Estados nacionais têm como prospecto principal a idéia de racismo de estado segundo Foucault. Sustentam-se nas diversas lutas internas dos Estados nacionais e que tem como principal pano de fundo as lutas de “raças” ou de grupos de pessoas, que são apontadas a partir de uma definição externa, servindo para uma espécie de equilíbrio social. Grupos como os ciganos do leste europeu, os “Banlieue” da França, marroquinos na Espanha, os turcos da Alemanha, os favelados no Brasil, negros e latinos nos Estados Unidos, os cristãos em Dafur (Sudão). Notemos que todo e qualquer estado tem o seu outro, que normalmente pertencem a um grupo categorizado e identificado para ocuparem este papel. É sempre em defesa da sociedade que se justifica o racismo de estado.

Perspectiva que tem a vida das populações como fundamento. A preocupação principal desse processo de normalização é com a regularidade. Há regras que se forjam a partir dos problemas das populações, como natalidade, morbidade, higiene e saúde pública, para administrar um modo gerencial de governá-las. Funcionamento e finalidade do poder entram em cena através dos processos de normalização, onde se estabelece um campo de comparação entre grupos de indivíduos, que os diferencia e traça fronteiras entre os graus de normalidade.

As biopolíticas se baseiam na preocupação dos modos de administrar as populações através do poder normalizador, esse é o modelo da governamentalidade. Uma preocupação com

---

o alcance das assistências de Estado e vinculado a isso, claramente a possibilidade de quais grupos devem ou não ser assistido. Quem são os passível de intervenção e quais grupos tem mais valor para o sistema. Tudo está relacionado ao par valor e utilidade. Com o surgimento da normalização atrelada à biopolíticas, nossas sociedades põem em funcionamento um poder de estratégias sem estrategistas, dando autonomia às normas e não aos indivíduos. Vera Portocarreiro nos esclarece:

O que caracteriza a biopolítica das populações, o biopoder, é a crescente importância da norma, que distribui os vivos num campo de valor e utilidade. A própria lei funciona como norma devido as suas funções reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida. A principal característica das técnicas de normalização consiste no fato de integrarem no corpo social a criação, a classificação e o controle sistemático das anormalidades. (PORTOCARREIRO, 2009, pg 212).

Assim é pela anormalidade, pelos padrões de desvio que se estabelece o padrão normal, é pela negação do inapto e inadaptável que se pode constituir os adaptados sua utilidade e com isso seu valor. A normalização é justamente isso, Esse modo adaptável do homem social e seu contrário o anormal. Os padrões de normalidade têm também como problema o que fazer com o anormal, aquele que é impossibilitado de produzir dividendos para a sociedade, nesse sentido redes de assistência e controle são criadas para administrar e gerir as vidas. É aqui que o Estado que cria tanto as redes de assistências quanto os locais de enclausuramentos e exclusão.

Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em



consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, de outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada a igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 2002, pg. 291)

É o racismo indispensável para manutenção das estruturas dos estados modernos sejam eles socialistas, ou liberais. O racismo vinculado ao Estado serve para justificar a eliminação do indesejado e garantir o equilíbrio dos papéis do normal (o adequado) e do anormal (o inadequado). Há toda uma gama de sub grupos de indesejados que são objetos direto de preocupação do Estado: os inúteis, os criminosos, os loucos, os estranhos, todos funcionam como oposto da normalidade e que sempre instigam um desejo de segurança dos normais. Nesse sentido o que se realiza é uma sistemática eliminação desses grupos de indesejados em nome do bem comum.

“quanto mais espécies inferiores tendam a desaparecer, quanto mais indivíduos anormais sejam eliminados, menos degenerados existirão na espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei mais forte, serei mais vigoroso, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é que fará

a vida mais sadia e mais pura. ( FOUCAULT,  
2002, pg. 305)

Existem inúmeras maneiras de eliminar os indesejáveis, descasos com a saúde pública, indiferença com relação aos despossuídos(sem tetos, andarilhos), guerras internas (caso de combate a criminalidade pela força ) e externas (ou combate contra outra população onde os menos favorecidos são sempre os primeiros dos campos de batalhas) , diversos mecanismos de eliminação que funcionam a partir dos gerenciamentos biopolíticos, é a biopolítica escolhendo quem deve ou não fazer parte da vida.

Os poderes de normalização assujeitam, pois colocam através da disciplina e da biopolítica seu modo gerenciador de corpos por um lado e de grupos sociais por outro, com intuito de obter produção positiva em sua máxima possibilidade e docilidade, seja, de indivíduos seja de populações. Nos casos dos improdutivos que tornam-se estorvos sociais o que se pratica é a eliminação sistemática, seja pela exclusão, seja por uma inclusão condicionada a diversos mecanismos de limitação.

Ao trabalhar a questão da soberania Derrida se distancia do pensamento Foucauldiano justamente por entender que há um duplo papel na figura do soberano e da besta e que ambos se confundem. Nesse sentido, o soberano é a figura do poder e que ao mesmo tempo pode se per figurar nos estados nações existentes. A questão da soberania dos estados nações ainda representaria um problema fundamental na política contemporânea.

Como pode um terror que é organizado, provocado e instrumentalizado diferir daquele medo que uma tradição inteira, de Hobbes a Schimidt, e até a Benjamim, considera a condição mesma da autoridade da lei e do exercício soberano do poder, a condição mesma da politica e do Estado? Em Leviatã,

Hobbes fala não só de ‘medo’ mas de ‘terror’.  
Benjamim fala de como o Estado tende a se  
apropriar, precisamente pela ameaça, do  
monopólio da violência (crítica da violência).  
(DERRIDA, 2004, pg.112)

Distanciado de Foucault, pois esse não atribui à soberania uma posição tão destacada com relação ao poder contemporâneo, Derrida acredita que essa soberania é justamente o que se lança mão para exigir controle e até mesmo a possibilidade de bestializar suas ações para defender a soberania, lançar mão de o seu devir animal em defesa dos princípios da política. É esse monopólio da violência uma bestialização das práticas estatais.

Ao interpretar as figuras animais da política no seminário de 2001, *A Besta e o Soberano*; Derrida evoca a necessidade de se caminhar a passos de lobo, tal qual o soberano, o passo de lobo, é o que anuncia a guerra, o que diferente da pomba, anuncia a beligerância precisa, mas ao mesmo tempo é o passo cuidadoso, que analogicamente torna-se a máscara daquele que não se expõe. É ao mesmo tempo a força do passo ameaçador e sorrateiro do lobo, que o soberano lança mão para defender um modelo civilizatório, e que ao mesmo tempo justifica a própria existência da soberania. A bestialidade dos primórdios humanos não pode prescindir da força do soberano, do poder de soberania para defender essa civilização. Porém ao mesmo tempo, se necessário for, o soberano não pode por sua vez deixar de lançar mão da bestialidade em defesa de sua soberania.

Na intercepção metafórica de ambas as  
figuras, a besta e o soberano, pressentimos,  
pois que uma profunda e essencial cópula  
ontológica, onto-zoo-antropo-teológico-  
política: A besta se converte em soberano que  
se converte na besta: há a besta e o soberano  
(conjunção), mas também a besta é o

soberano, o soberano é a besta (Derrida, 2010, pg.37)

Baseado nesse seminário de Jacques Derrida note-se que ele usa outra figura para determinar o modo pelo qual o discurso do Soberano pudesse atuar de forma tão significativa. Nesse sentido alude à constituição da Besta, da bestialidade, do estado de natureza como representante do momento pré soberano da sociedade humana. É a besta, ou o seu exemplo, o lobo, a figura que representa o momento fora da soberania; que ameaça o soberano, e contra o qual o Soberano clama por segurança, e ao mesmo tempo é capaz de se bestializar em nome da defesa dessa segurança. Assim o risco que corre o soberano é justamente transformar-se em besta para defender a própria natureza da Soberania. O Soberano chega ao limite de tornar-se besta criando uma identidade entre as duas figuras, demonstrando que tanto o soberano é uma composição estrutural da besta, quanto o soberano não é nada mais que uma representação política da besta.

Ao falar em terrorismo nas discussões sobre o que aconteceu no dia onze de setembro de 2001, Derrida lembra também que a os poderes soberanos ao mesmo tempo em que acusam a bestialidade e barbárie dos terroristas, praticam um terrorismo do esquecimento, ou o que étienne Ballibard chamava de “racimos sem raças” como releitura da idéia de racismo de Estado de Foucault. Sendo então por práticas de exclusão que bárbaros e bestas comungam em um mesmo destino.

E o terrorismo tem de trabalhar exclusivamente com a morte? Não é possível que ‘deixar morrer’, ‘não querer saber se os outros são deixados á morte’ – centena de milhões de seres humanos de fome de AIDS falta de tratamento médico etc. -, também constitua parte de uma estratégia terrorista

‘mais ou menos’ consciente e deliberada? Estamos talvez errados ao supor tão apressadamente que todo terrorismo é voluntário, consciente, organizado, deliberado, intencionalmente calculado; existem ‘situações’ históricas e políticas em que o terror opera, por assim dizer, como se por conta própria, como se simples resultado de algum aparato, graças as relações de forças em jogo, sem que ninguém, nenhum sujeito consciente, nenhuma pessoa, nenhum ‘eu’, tenha realmente consciência disso, ou se sinta responsável. (DERRIDA, 2002, pg.119)

Próximo a interpretação Hobbesiana, mas a estendendo até o limite das relações entre a bestialidade/soberania, e selvageria/barbárie, seria possível pensarmos certa analogia entre a barbárie do pensamento Foucaultiano e a bestialidade do pensamento Derridiano? Talvez fosse um excesso, mas de alguma maneira parece-nos que ao entendermos a soberania como modelo da segurança da sociedade contra a própria bestialidade do homem, é possível interpretar que esse modo Besta que contempla a pré sociedades humana, esse Estado de natureza que se perfaz numa guerra de todos contra todos, que só é possível superar a partir do poder de um soberano, esse modelo é muito próximo da idéia de bárbaro. Esse momento que é o momento da Bestialidade humana, e ainda, o momento da barbárie humana, onde tanto numa interpretação quanto na outra, o papel da soberania, é o de superar o estado de natureza em nome da civilidade, e ao mesmo tempo, lançar mão da bestialidade, ou de certa barbárie para recolocar a soberania como condutora dos destinos da civilização humana. Esse é o momento em que se justifica qualquer bestialidade e barbárie em nome da civilidade.

### **Referências bibliográficas:**

DERRIDA, Jacques. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*; in Borradori; G (Org): *Filosofia em tempo de terror*. Ed. Jorge Zahar. 2004.

\_\_\_\_\_. Seminário La Bestia y El Soberano. Buenos Aires: Ed. Manantial, 2010.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Maria Ermatina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2009.

